

## O Príncipe e o Futuro

por José Cardoso dos Ramos Cassandra, Presidente do Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe Desta janela, umbigo do mundo, onde a Teoria de Relatividade de Albert Einstein foi testada, permitam-me dirigir-vos, inaugurando uma nova forma de abordagem comunicacional, fruto ou tradução tecnológica, dos conhecimentos científicos acumulado ao longo dos tempos. Parafrazeando Boaventura de Sousa Santos, «&hellip; estamos a viver um período de revolução científica que se iniciou com Einstein e a mecânica quântica e não se sabe quando acabará&hellip;» O Príncipe, pela sua posição geográfica, deu um contributo humilde para a emancipação e afirmação desta revolução científica. Estamos conscientes, de que, da análise profunda e cuidada, da relação entre o existente e o que seria possível e desejável fazer, no Príncipe, para dotá-lo de condições de poder andar para frente, ter esperança e afirmar-se, resultará o inconformismo que norteará as nossas acções no quotidiano. Já Paulo Freire, brilhante pedagogo brasileiro, afirmou: «&hellip;dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objective, é uma farsa...» de facto, de farsa em farsa, fomos ao longo dos tempos, contribuindo, consciente ou inconscientemente, com as nossas acções, omissões, desleixos, irresponsabilidade e inércia contagiante, para a asfixia social, económica e cultural do nosso Príncipe, transformando os direitos individuais, e a própria essência da democracia, numa miragem. Que país vamos deixar para os nossos filhos e netos? Que contributo será o nosso, individual e colectivamente, para o desenvolvimento da nossa ilha? Este é o momento de agir, dentro dos condicionalismos existentes, criando condições para a expressão de esperança por parte da generalidade dos habitantes da nossa ilha. A mudança e, conseqüente, o progresso, pressupõem, de certa forma, uma alteração e abandono de certos hábitos, costumes e atitudes que se foram cristalizando na nossa sociedade. Hoje em dia, porque alguns destes hábitos e costumes, na nossa Terra, tornaram-se usuais, banais e/ou menos necessários, face aos constrangimentos existentes, constituem eles próprios, resistência às propostas que determinam uma nova configuração. Não seria desejável mudarmos a nossa atitude, perante o trabalho, o esforço e a gestão do bem comum, promovendo políticas e acções que realcem o dever e a responsabilidade? Para que nos serve a independência, como país, e/ou, a autonomia, como região, (com um enquadramento institucional e político próprio decorrente da nossa individualidade histórico-cultural) se, interna e localmente, estamos cada vez mais dependentes como indivíduos? A política e a sociedade, em geral, são chamadas á mudanças. Por isso, a elaboração, aprovação e promulgação da lei de Finanças Regionais e Estatutos Político e administrativo da Região Autónoma do Príncipe, pela Assembleia Nacional, constituirão instrumentos fundamentais que permitirão: melhorar, localmente, a nossa democracia; dota a região de instituições representativas participadas e eficazes e garantir a descentralização e proximidade dos cidadãos na decisão e na prestação de contas. Caso contrario fará pouco sentido falar-se em descentralização. Esta é uma via via por intermédio da qual o cidadão tem possibilidades de intervir-participar, mais activamente, nos debates locais correlacionados com problemas que directamente lhes dizem respeito, conjuntamente com os autores e decisores políticos, maximizando, desta forma, o controlo democrático sobre as decisões tomadas localmente. A organização regional (institucional e política) terá poucas razões de existência se não estiver em permanente interacção com a sociedade local que a rodeia. Os tempos que se aproximam serão, pois, difíceis das exigências e responsabilidades, mas, também, de esperança. Para podermos pensar global e decidir localmente, não descurando a compreensão dos fenómenos que afectam o nosso mundo, em mudança acelerada, e constrangimentos locais concretos, é preciso apostar na melhoria da qualidade da nossa democracia, nacional e regional, maximizando, assim, os deveres de cidadania. O combate ao desemprego estrutural, a criação de condições que permitam o aumento do investimento estrangeiro, localmente, nos sectores estratégicos como o turismo, agricultura e pescas, a melhoria das condições de transportes inter-ilhas, acrescente a tensão á ligação entre educação, formação e iniciativa empresarial, a revalorização dos aspectos significativos da nossa cultura e da nossa língua, a melhor utilização dos nossos recursos naturais, a aposta na melhoria da administração pública, dos serviços públicos de saúde e educação, o apoio incondicional aos nossos jovens e idosos o reforço a cooperação inter municipal através de programas de geminações, merecerão a nossa especial atenção, neste momento, para que possamos paulatinamente, voltar a ser &ldquo;Príncipes&rdquo; de naturalidade, de mentalidade e de empreendedorismo. Façamos, pois, do príncipe aquilo que desejamos que ele seja!